

**CRIANÇAS ACOLHIDAS: QUESTÕES SOBRE VÍNCULO AFETIVO E
DESENVOLVIMENTO INFANTIL
ENTREVISTA COM MANUELA GARCÍA QUIROGA**

Bruna Ercoles da Silva *
Jean Pablo Guimarães Rossi **
Jesús Ulloa Lanás ***

A professora Manuela García Quiroga é psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso, Chile, mestre em Psicopatologia Clínica Infanto-Juvenil pela Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha e doutora em Psicologia pela University of Birmingham, Reino Unido. A professora também atua como docente do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso, Chile.

Durante sua trajetória acadêmico-profissional, trabalhou em hospitais, no contexto de saúde pública, com atenção específica para o atendimento do público infantil. A partir desse trabalho, obteve contato com crianças advindas de casas-lares e deu início a sua pesquisa de doutorado sobre o vínculo afetivo entre crianças que se encontram em cuidados alternativos e seus cuidadores, tanto em residências (casas-lares), quanto em famílias de acolhimento – contexto no qual se situam suas investigações até os dias atuais.

A entrevista foi cordialmente concedida pela professora Manuela García Quiroga nas dependências da Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso, no Chile, e versa sobre a temática de crianças, adolescentes e jovens que, por algum motivo, foram separados de suas famílias e precisam ter garantidos seus direitos a um cuidado alternativo, seja em famílias de acolhimento ou casa-lares com mães-sociais (cuidadoras) especificamente organizadas para esse fim.

Pode nos contar um pouco sobre sua pesquisa de doutorado pela Universidade de Birmingham? Há diferenças e semelhanças entre as formas de acolhimento praticadas na América Latina e na Inglaterra?

Manuela García: No doutorado, propus um estudo sobre o vínculo afetivo entre as crianças e seus cuidadores em contexto de cuidados alternativos, tanto em residências (casas-lares) quanto em famílias de acolhimento. Esse estudo foi dividido em sete sub-estudos. O primeiro estava relacionado à contextualização das políticas públicas na infância e cuidados alternativos no Chile, em que pesquisamos as questões demográficas e o contexto histórico que envolvia o tema. O segundo sub-estudo consistiu em uma revisão sistemática da literatura sobre o que havia sido publicado em outros países acerca do apego em cuidados alternativos. No terceiro, realizamos uma pesquisa com as diretoras das residências para verificar um pouco das crenças que elas possuíam. Pretendíamos entender como isso permeava as

práticas que se estabeleciam no interior das casas-lares e como elas facilitavam ou dificultavam a vinculação afetiva entre as crianças e os cuidadores. Em um quarto momento, realizamos dois estudos com cuidadoras, sendo um com mães sociais de residências e outro com cuidadoras de famílias de acolhimento. A ideia era explorar suas próprias visões e experiências com respeito ao trabalho e como se vinculavam afetivamente às crianças. Em um quinto momento, fizemos um estudo sobre como aconteciam as relações de apego junto a crianças que viviam em residências (casas-lares) em comparação a crianças que viviam em famílias de acolhimento. Também comparamos os resultados com um grupo de crianças que viviam com seus pais, pois a ideia era pensar esses três grupos e averiguar se havia ou não diferenças sobre como se davam as relações afetivas com seus cuidadores, para que então pudessemos explorar quais fatores estavam incluídos em uma melhor qualidade das relações de apego nos contextos de cuidados alternativos. Esse foi o foco da pesquisa. Quanto aos resultados da investigação, é relevante destacar duas constatações que apontam mais ou menos a mesma coisa. Em primeiro lugar, me chamou a atenção que não encontramos diferenças significativas entre os afetos que se estabelecem com os meninos e as meninas das residências em relação aos que podem se estabelecer em uma família de acolhimento. Isso me pareceu muito interessante, porque aparentemente existe uma ideia de que sempre é melhor uma família que acolha em uma casa do que uma residência que acolha a várias crianças, e não foi o que encontramos. Esse resultado pode ter ocorrido por várias razões, por exemplo: a participação dos investigados foi voluntária – embora tenhamos convidado todas as residências, apenas dezessete aceitaram participar –, sendo assim, uma hipótese é que aquelas que aceitaram talvez possuíssem uma melhor qualidade de cuidado e por isso concordaram em participar. Talvez possamos dizer que se tivéssemos realizado a pesquisa em outras residências, provavelmente veríamos outras formas de apego, que poderiam ser mais inseguras e desorganizadas, por exemplo. Porém, de toda maneira, o que eu resgato de tudo isso é que não há soluções mágicas, ou seja, não se trata de fechar residências e pensar que vamos enviar crianças para uma família de acolhimento, e pelo simples fato de serem enviadas a essas famílias, o problema será resolvido e vai se estabelecer imediatamente um vínculo afetivo com o cuidador ou cuidadora. Não é assim. Vimos, também, que entre as crianças que se encontravam em medida de acolhimento familiar, havia uma diversidade de resultados, ou seja, famílias onde se

conseguia um bom vínculo e famílias em que o processo era muito complexo, e esse vínculo não se estabelecia. Além disso, vimos muitos casos de crianças que eram acolhidas e depois eram devolvidas à família pela complexidade que envolve o tema. Então, a mensagem central, ao menos para mim, é que não há soluções imediatas, ou seja, não se trata de pensar que porque a criança está em um lugar, isso é garantia de que estará bem, pois há uma multiplicidade de experiências no âmbito residencial e uma multiplicidade de experiências também no acolhimento familiar. Não é possível generalizar. A ênfase precisa estar em outro ponto e, a partir disso, nós fomos explorar qual poderia ser esse outro ponto, ou outros pontos relevantes. Então, encontramos um aspecto muito relevante que é o que se chama de “microambiente de cuidado”, ou seja, a relação direta e cotidiana com os cuidadores. Também percebemos alguns sintomas emocionais e de conduta nas crianças, o que nos levou à compreensão de que a interação não somente influencia no vínculo afetivo, mas também se relaciona com a diminuição de sintomas negativos nas condutas e no desenvolvimento emocional das crianças. A qualidade da interação se dá no contexto cotidiano e é o que mais afeta como vai acontecer o vínculo afetivo e como isso influenciará também no desenvolvimento das crianças, em seus aspectos gerais. Quando há uma qualidade na interação, quando é adequada, apropriada e personalizada, pensando também em uma quantidade pequena de crianças por adulto, a frequência e a qualidade da interação se torna mais relevante. Então, entendemos que os esforços não devem ser em mudar a modalidade de cuidado, mas sim em supervisioná-lo e avaliá-lo. Também penso ser importante que a equipe de cuidadores em ambas as modalidades (residências/casas-lares e famílias de acolhimento) tenham acompanhamento. Não podemos descuidar de nenhum dos dois contextos. Outro resultado interessante foi perceber que a experiência das cuidadoras também foi fortemente transformada pela afetividade, ou seja, quando começavam a trabalhar nas residências possuíam uma visão bastante negativa sobre como poderia ser sua experiência, tinham medo e preconceitos acerca de como seriam as crianças, como seria seu trabalho. Muitas cuidadoras pensavam que seria um trabalho curto e logo sairiam para trabalhar em outro local, mas na medida em que iam se envolvendo afetivamente com as crianças, isso permitiu que vivenciassem seu trabalho como uma experiência positiva e enriquecedora, o que se transformou em um círculo virtuoso. Podemos dizer que quanto mais as cuidadoras se vinculavam afetivamente às crianças, mais

satisfeitas estavam no seu trabalho e mais mudavam a visão inicial que possuíam. Ainda encontramos, como resultado, vários problemas que estão presentes nos sistemas residenciais e que as cuidadoras nos contaram. Esses problemas interferiam na possibilidade de vincular-se com as crianças, como a alta quantidade de crianças por cuidador, às vezes a desconfiança que seus chefes demonstravam e também fatores relacionados à estrutura dos sistemas de cuidado. Por exemplo, para ingressar em uma residência e para sair dela, as crianças precisam de uma ordem judicial. Foi relatado que, muitas vezes, as cuidadoras recebiam essas ordens de forma repentina, o que não permitia que se despedissem das crianças. Muitas cuidadoras comentavam que era demasiado complexa a experiência de cuidar das crianças durante dois anos, de repente elas saíam por um fim de semana e, quando voltavam, já não estavam mais acolhidas, porque havia chegado uma ordem judicial e aquela criança precisava sair imediatamente. Então, o problema é que não oportunizavam a elas e nem às crianças a possibilidade de se despedirem e de finalizarem essa relação, que muitas vezes era significativa não só para a criança, mas para as cuidadoras também. Essa situação ocasionava um acúmulo de experiências de ruptura em vínculos, já que muitas vezes saíam das residências, ficavam um tempo com suas famílias biológicas e depois retornavam à instituição porque não havia acompanhamento adequado. Sobre as diferenças e semelhanças entre Chile e Reino Unido, posso dizer que o modelo inglês de acolhimento familiar é um modelo que existe há muito tempo, ou seja, já tem muitos anos de experiência e isso é algo que na Inglaterra está bem instalado, socialmente está validado, é valorizado e há muitas famílias que estão interessadas em participar do programa, enquanto no Chile é muito difícil encontrar famílias que queiram ser famílias de acolhimento. Temos uma visão dos vínculos que talvez seja mais forte do que aquela que encontramos na Inglaterra. No Chile, temos uma visão menos social a respeito do que significa o cuidado, desenvolvemos menos a noção do cuidado como responsabilidade social, como responsabilidade de todos, e ainda temos uma visão muito centrada na família e na privacidade dela, uma visão de que cada família deve educar suas crianças como querem e ninguém deve interferir na maneira como estão fazendo. As pessoas dizem “Não tenho porque me responsabilizar em cuidar dos filhos dos outros!” e temos essa ideia muito instalada. Isso nos leva, como sociedade, a não pensar na infância como uma responsabilidade social. Essa ~e

uma das diferenças que temos com outros países e que interfere na maneira como lidamos com o acolhimento de crianças que necessitam de cuidados alternativos.

No cenário de investigação acadêmica atual, qual é a importância da pesquisa com instituições/famílias que acolhem crianças em situação de vulnerabilidade? Como você avalia as pesquisas feitas na América Latina?

Manuela García: Penso que é fundamental desenvolver mais localmente tais pesquisas, porque o que ocorre na América Latina, no geral, é que tendemos a basear nossas políticas públicas em recomendações internacionais que, muitas vezes, são elaboradas em outros países, que possuem outras realidades que não necessariamente são tão equiparadas com nossas realidades locais. Por exemplo, a recomendação de mudar a modalidade de acolhimento residencial para famílias de acolhimento não é necessariamente algo possível de ser feito no Chile, talvez sim para crianças pequenas que necessitam cuidado mais personalizado ou para os bebês que necessitam muito mais de um adulto, mas para uma criança de 7 ou 10 anos é melhor estar em uma residência pequena com 12 crianças e cuidadoras que considerem a temática afetiva como central. Isso é mais vantajoso, afetivamente, do que estar em uma família de acolhimento que tem uma cuidadora mais idosa, que possui várias crianças sob sua responsabilidade e que não necessariamente tenha recebido acompanhamento e formação. Talvez poderíamos chegar a essa mesma recomendação, porém baseados em investigações locais que refletem qual é a realidade que nós vivemos nas diferentes regiões demográficas do Chile, cada uma com suas próprias particularidades. No geral, penso que faltam pesquisas mais locais na América Latina, que permitam políticas públicas que sejam mais atinentes a nossa realidade. Especificamente acerca do cuidado com crianças em lugares alternativos, acredito que estejamos muito aquém em comparação a outros países. Ainda sobre a necessidade de fazer pesquisas locais, penso que na América Latina temos muito o que compartilhar, seria muito desejável e positivo que pudéssemos compartilhar experiências, desenvolver investigações, fazer pesquisas comparadas, conjuntas, seria interessante poder fazer linhas tanto de investigação como de avaliação de programas e de políticas.

Tanto no Chile como no Brasil, o tempo máximo permitido por lei para que uma criança fique acolhida é de 2 anos. No entanto, muitas vezes, ao sair da residência ou da família de acolhimento, a família da criança acolhida ainda

não está preparada para recebê-la, o que faz com que essa criança retorne à instituição novamente. Em sua opinião, quais são as implicações dessa situação para o desenvolvimento emocional da criança?

Manuela García: Acredito que se a criança vai acumulando rupturas emocionais em sua experiência de acolhimento, sua trajetória se torna muito acidentada, então podem começar a surgir bloqueios emocionais. Penso que o fato de acontecerem separações reiteradas, que também são bruscas, é, em certo sentido, traumático. Soma-se a isso a dificuldade que essa criança possivelmente já teve quando foi separada de sua família devido a algum tipo de maltrato e negligência, ou seja, a criança já vem com experiências de rupturas em seu núcleo mais próximo de cuidado e começa a acumular novas e sucessivas rupturas repentinas de vinculações, o que pode afetar seu desenvolvimento emocional de maneira significativa. Há metodologias que têm sido implementadas justamente para amenizar esse impacto, por exemplo, o “livro da vida”, em que se tenta dar certa continuidade na vida da criança. Nessa metodologia, os cuidadores vão preenchendo junto com a criança um livro de maneira que ela tenha um relato de continuidade da sua história, e não parcelas isoladas e pouco integradas à sua experiência vital. Quanto ao tempo máximo, penso ser algo muito complexo porque, por um lado, esse tempo se estabelece para que a criança não permaneça em uma situação que é temporária. No entanto, quando os tempos máximos se enrijecem, isso pode fazer com que o problema aumente, porque se a criança sai da residência ou da família de acolhimento sem que sua família biológica esteja preparada para recebê-la, é provável que a tentativa de reinserção fracasse e ela volte a ingressar no sistema de acolhimento mais tarde. A partir disso, quando são reingressadas ao sistema, é grande a probabilidade de entrar em uma residência diferente, com outros cuidadores e outras crianças. Essas experiências podem fazer com que a criança tenha a impressão de que há algo de ruim com ela, algo que faz com que ninguém possa cuidar dela. Então podemos dizer que as constantes rupturas nos vínculos afetivos são prejudiciais para o desenvolvimento infantil. Diante dos prejuízos causados por essas rupturas, penso ser importante considerar o princípio da singularidade que está presente nas diretrizes internacionais para os cuidados alternativos¹. Acredito que esse princípio deva estar acima do tempo máximo, ou seja, é importante verificar a necessidade de cada criança e não apenas o respeito rígido a normas previamente definidas. Dessa forma, os planos de trabalho e planos

de intervenção devem ser desenhados efetivamente para cada criança, e os tempos máximos devem ser um referencial, mas não algo rígido e obrigatório, pois se percebemos que a criança está adaptada, tem tido um bom desempenho na residência e possui vínculos significativos, talvez possamos estender um pouco mais o tempo dela nessa residência e ao mesmo tempo fazer um trabalho em paralelo com suas próprias famílias. Diante disso, o tempo máximo pode ser flexibilizado e não acelerar o processo, caso a criança ainda não esteja pronta para viver uma mudança. Vale ressaltar que esses prejuízos podem repercutir na vida adulta, no entanto, não é necessariamente um fator determinante, mas podem repercutir se não houver uma figura significativa que possa conter e ajudar as crianças a elaborarem e ressignificarem todas essas experiências.

Temos presenciado, na América Latina, uma mudança na maneira de olhar para as crianças acolhidas. A partir de uma perspectiva histórica é possível dizer que existem três focos na institucionalização de crianças: o foco correccional, o proteccional e o de direitos. Pode comentar um pouco sobre esses focos e no que consiste ser “sujeito de direitos” hoje, no Chile?

Manuela García: Historicamente, o foco correccional relacionava-se com a criança que supostamente estava em uma situação irregular, a criança que não se ajustava, a criança desajustada, delinquente, marginal. A noção, nesse foco, era de que a criança precisava ser corrigida, precisava ser adaptada ao que a sociedade necessitava. Esse foi o primeiro foco, as primeiras instituições de acolhimento tinham esse olhar. Na sequência, a visão correccional mudou para a proteccional, transformando um pouco o paradigma da instituição de acolhimento. A criança passou a ser objeto de proteção, ou seja, nós adultos tínhamos que proteger as crianças que viviam em alguma situação de risco. Evidentemente, essa visão foi uma mudança positiva considerando o entendimento manifestado pelo foco correccional. O foco proteccional afirmava que há crianças que estão em situação de risco e nós devemos protegê-las, porém a criança ainda continua sendo um objeto de proteção frente ao qual o adulto determina o que tem ou não tem que se fazer com ela. Já no terceiro foco, na perspectiva de um sujeito de direitos, o Estado tem o dever de garantir certos direitos que são básicos para todas as pessoas. No caso específico das crianças, elas têm certos direitos que são particulares para sua condição de meninos, meninas e adolescentes. Então, a partir desse foco, as crianças são consideradas primeiramente como sujeitos, são pessoas, não são

seres que estão em transição até serem pessoas, não estão em transição até serem adultos, o que importa não é o adulto que vem depois, mas sim o que a criança é agora: um sujeito de direitos, uma pessoa. Essa mudança é fundamental e a criança passa a ser entendida como um sujeito que possui direitos, direitos que o Estado deve garantir e que, portanto, se não forem cumpridos, a criança pode inclusive buscar canais para garantir que seus direitos sejam respeitados. Entender a criança como sujeito de direitos é uma nova mudança de paradigma, significa visualizá-la como pessoa e implica valorizar sua opinião, validar sua voz, possibilitar que essa criança possa participar socialmente, que suas necessidades, seus projetos e suas ideias sejam escutadas e consideradas nas tomadas de decisão em diferentes níveis da sociedade. Então, é uma mudança fundamental se pensarmos desde o foco correccional até o foco de direitos que surge a partir da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças.

Recentemente, no Chile, têm-se proposto leis que focam os direitos da infância. Como você vê a efetivação desses direitos na prática?

Manuela García: Penso que têm ocorrido avanços importantes. Se analisarmos desde meados de 1990 – já passando para o fim da ditadura militar no Chile –, até agora, obviamente temos avanços significativos nos sistemas de garantias relacionadas à infância. Tivemos a instalação, em 2009, do sistema *Chile crece contigo*², um programa que possibilitou um salto significativo nas condições da primeira infância no Chile. Se compararmos antes e depois do programa, inclusive, há diferenças significativas com respeito à preocupação e o lugar que ocupa a infância e o desenvolvimento nos primeiros anos. Também foram se implementando outras políticas, que efetivamente mostram que temos avançado também na consciência coletiva social do lugar que ocupa a infância e na importância de participação das crianças nos direitos que possuem, e na maneira de garantir o cumprimento desses direitos. No entanto, penso que ainda temos muito para alcançar e seguir avançando nesse tema. Estamos começando e, em particular no tema dos cuidados alternativos, recém iniciamos a pensar que precisamos fazer algo a respeito. Ainda é pouco o que se tem implementado e o tema muitas vezes é utilizado midiaticamente, politicamente, sem fazer talvez uma análise completa, profunda e séria da situação e das possíveis soluções aos desafios que se apresentam hoje para nós, não só no Chile, mas em todo o mundo.

Em 2013, havia aproximadamente 18 mil crianças acolhidas no Chile e 47 mil no Brasil. No entanto, no Brasil ainda há muitas crianças que vivem nas ruas e outras que são alvo de exploração infantil e que não entram nessa estimativa. Das que se encontram no Chile, pode nos contar quais são as principais causas de ingresso às instituições?

Manuela García: No Chile, assim como no Brasil, o ingresso em residências familiares e casas-lares acontece por via judicial e as principais causas se referem a situações de maltrato, abuso e negligência parental. No entanto, se olharmos com atenção para as estatísticas no Chile, há também crianças que não entram nessa estimativa e cerca de 25% do que é contabilizado aparece ainda como “outras causas”, e não sabemos o que há aí dentro, não sabemos a que se referem as estatísticas quando mencionam “outras causas”. Enfim, quais seriam os outros motivos diferentes de maltrato ou negligência? Talvez seja por inabilidade, porque sempre existe o perigo de que as crianças ingressem no sistema por motivos que talvez pudessem ser evitados. A esse respeito, o que se poderia fazer seria prestar apoio mais cedo às famílias. As famílias deveriam ter um sistema de segurança social que desse apoio à infância da melhor maneira, para que não fosse necessário chegar ao ponto de aplicar uma medida de separação. Então, pensando nessas outras causas, me pergunto se não estaremos no fundo tirando as crianças de suas famílias por temas que talvez estejam relacionados com a falta de recursos e falta de apoio para a família na infância. Penso que há que se olhar mais detalhadamente para as causas que refletem nessa estatística.

No artigo intitulado “In the name of the children”, você nomeia algumas medidas adotadas em instituições de acolhimento na África e em outros países. Pode nos contar um pouco dessas experiências e porque você acredita que tiveram sucesso?

Manuela García: No artigo mencionado, apresentei essas medidas com base na revisão de experiências que têm sido praticadas em diferentes países. A intenção foi registrar outras maneiras de proceder junto às crianças acolhidas e que são maneiras não centradas nos modelos europeus e americanos. Penso que a experiência africana é muito particular, assim como a experiência latino-americana é muito diversa, mas também muito particular. No entanto, a experiência africana é difícil de replicar. Digo isso, pois acredito que a África tem um modelo que é mais

comunitário, tem uma cultura inteiramente comunitária, e isso também permeia a infância africana que acaba sendo mais coletiva, menos “familista”. Penso que na África o social está mais presente e a infância é efetivamente grupal, a infância é coletiva porque é um país que abriga muitas crianças órfãs devido a AIDS e outras doenças, assim como pelas guerras. Então, muitas dessas crianças são criadas em regimes que podemos denominar de infância coletiva, que poderíamos dizer que é um sistema de infância residencial, que é o que temos por aqui. Lá, no entanto, essa infância coletiva é menos institucionalizada, talvez por ser mais autogerida. Enfim, o que se observa é que não há grandes diferenças em termos de bem-estar se compramos uma criança em uma infância coletiva com uma criança em família nuclear. Efetivamente, não podemos afirmar que as crianças que têm a infância desenvolvida em grupos coletivos vivem experiências negativas para seu desenvolvimento, pois isso depende da cultura em que isso se dá e de que maneira isso se desenvolve. É o que aprendemos com a infância na África.

Em algumas de suas publicações, você aborda a teoria do apego de John Bowlby e a importância das relações afetivas para o desenvolvimento das crianças em suas diferentes dimensões. Pode nos contar um pouco mais a esse respeito?

Manuela García: A maior parte dos trabalhos que tenho realizado está focada nos sistemas de cuidado e nos vínculos afetivos. John Bowlby³ foi o precursor de tudo isso, mas obviamente sua teoria se desenvolveu muito além de suas proposições iniciais. Pela época em que desenvolveu sua teoria, podemos dizer que Bowlby estava muito centrado na figura materna. Essa visão centrada na mãe foi se desenvolvendo e agora podemos falar do cuidador ou cuidadores principais, já não se fala necessariamente na mãe, por exemplo. Assim como comer e dormir, hoje, dá-se uma ênfase na necessidade primária da criança em vincular-se afetivamente com os outros. Há um conceito importante que se refere a essa necessidade primária que é a rede de cuidadores múltiplos. Essa rede de cuidadores é a que pode dar os melhores sinais para o desenvolvimento da criança, do que somente olharmos para um cuidador principal. A teoria do apego, de Bowlby, foi se desenvolvendo e expandindo desde a visão inicial (mãe como figura central) até a visão da rede de cuidados (mãe, pai, avós, cuidadores), mas manteve o fundamental acerca dos vínculos afetivos como necessidade primária, vínculos que moldam

certos padrões que vamos criando em nível mais mental/cognitivo, padrões sobre como ver o mundo pelas experiências de cuidados que vamos tendo. É certo que esses padrões não são imóveis e não são rígidos, mas tendem a autopropagarem-se um pouco, se não houver outras experiências significativas que venham a nos modificar. Então, pensando nas crianças acolhidas, que vivem em situações que exigem cuidados alternativos, isso é fundamental para que possam ter uma experiência de cuidado diferente daquela que tiveram com seus primeiros cuidadores em situação de negligência ou falta de proteção, por exemplo. Se essa experiência for inversa, esses modelos vão gerando maneiras de ver o mundo que são ameaçadoras para a criança e prejudiciais para seu desenvolvimento cognitivo, psicológico, social, emocional, ético... Para a criança acolhida, portanto, é fundamental que ela viva uma outra experiência de cuidado, com outro cuidador principal, em um outro contexto, que permita à essa criança se expressar e incorporar uma maneira diferente de ver e sentir o mundo. A criança que vive uma experiência afetiva e positiva com um cuidador passa a pensar “Existem adultos em quem não posso confiar, mas há também adultos em quem posso confiar.” Isso é muito importante. Isso leva a criança a se desenvolver e pensar que, sim, que pode existir alguém para ela e que vale a pena expressar o que sente. Essa é a importância de garantirmos, cada vez mais, os direitos que cada criança e adolescente possui de um desenvolvimento saudável e de proteção em situações de vulnerabilidade.

Notas:

* Bruna Ercoles da Silva é graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/Campo Mourão, aluna do Programa de Iniciação Científica da UNESPAR e professora de Espanhol do Ensino Fundamental e Médio. E-mail: brunnaercoles@gmail.com

** Jean Pablo Guimarães Rossi é psicólogo pela Faculdade União de Campo Mourão – UNICAMPO, bolsista CAPES e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD – Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR. E-mail: psijeanpablo@gmail.com

*** Jesús Ulloa Lanas é graduando do curso de Pedagogía em Castellano y Comunicación com licenciatura em Literatura pela Universidad Católica de Valparaíso, Chile. E-mail: lestat.uni@gmail.com

¹ No âmbito nacional, podemos destacar o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, como uma das ações e políticas brasileiras para proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Em âmbito internacional, é importante destacar as Diretrizes Internacionais sobre Cuidados Alternativos de Crianças e Adolescentes (UNGA), de 2009. No documento da ONU, o princípio da singularidade citado por Manuela García Quiroga, afirma que as características individuais de cada criança (idade, condições físicas e mentais, contexto familiar) devem definir sua singularidade e as necessidades específicas que precisam ser respeitadas para que se possa garantir seu desenvolvimento integral, tanto cognitivo quanto afetivo, social, psicológico... O princípio da singularidade afirma também que devem ser reconhecidas e respeitadas as suas diferenças físicas, culturais, raciais, de gênero e de religião, para que sejam valorizadas as identidades das crianças e jovens acolhidos.

² O *Chile Crece Contigo*, mencionado pela entrevistada, está baseado na lei chilena N° 20.379/2009, e teve por objetivo principal criar no Chile um sistema intersetorial e institucionalizar um sistema de proteção à população mais vulnerável, compreendendo tanto crianças quanto mães e famílias.

³ Edward John Mostyn Bowlby (1907-1990) nasceu em Londres e foi um psicólogo, psiquiatra e psicanalista que se destacou pelo interesse no desenvolvimento infantil e por seu trabalho pioneiro na teoria do apego. Fez oposição à perspectiva puramente psíquica, predominante na psicanálise daquele período, e desenvolveu três noções que marcaram suas pesquisas: o apego, a perda e a separação.

Recebido em: novembro de 2018.

Aprovado em: dezembro de 2018.